

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

----- Ao vigésimo terceiro dia do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, após o decurso do prazo estatutário para o início da Assembleia Geral (AG), reuniu, na Rua José Dias Coelho, número quarenta, rés-do-chão, em Lisboa, a Assembleia Geral da Associação das Aldeias SOS de Portugal, sob a presidência de Eugénio José da Cruz Fonseca, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Aprovação da ata da Assembleia Geral Extraordinária anterior, realizada a dois de julho de dois mil e dezasseis; -----
- Apresentação, apreciação e aprovação do Orçamento e Plano de Ação para o ano de dois mil e dezassete;-----
- Pedido de autorização para terceiro mandato do sócio Carlos Góis na Presidência do Conselho Fiscal;-----
- Apresentação, apreciação e aprovação de Admissão de novo Sócios;-----
- Outros assuntos de interesse geral.-----

----- Compareceram a esta Assembleia Geral os sócios constantes da lista de presenças anexa, que faz parte integrante da presente ata. Estiveram presentes vinte e dois sócios, três sócios beneméritos, dezasseis efetivos, e três subscritores, havendo um total de vinte e dois votantes. Fizeram-se, validamente, representar, conforme procurações em anexo, os seguintes sócios:-----

- O sócio benemérito Jerónimo Martins SGPS, S.A. fez-se representar por Fátima Alexandra Castro Loureiro Simões;-----
- O sócio benemérito Câmara Municipal da Guarda fez-se representar por Ana Isabel Antunes Baptista; -----
- O sócio efetivo Rui Faria Lelis fez-se representar pelo sócio efetivo Manuel Jorge Guimarães Cabrita Matias; -----
- O sócio João Maurício Fernandes Salgueiro fez-se representar pelo sócio efetivo Miguel de Barros Alves Caetano; -----
- A sócia efetiva Sónia Rodrigues da Conceição fez-se representar pela sócia efetiva Benvinda Parreira Neves.-----

----- Procedeu-se, de imediato, ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a **Aprovação da ata da Assembleia Geral anterior**, realizada a dois de julho do corrente ano. Não havendo comentários, a ata foi aprovada por dezassete votos a favor, uma abstenção e nenhum voto contra.-----

----- Seguiu-se a ordem de trabalhos com a **Apreciação e Aprovação do Orçamento e Plano de Ação para dois mil e dezassete**. O Presidente da Mesa da AG deu a palavra ao sócio Filipe Carnall, presidente do Conselho Diretivo, que recordou estar a decorrer uma campanha em vários meios de comunicação social sobre as Aldeias SOS, pedindo, em seguida, à colaboradora Joana Brandão do departamento de Marketing que prestasse à Assembleia informação mais precisa acerca da mesma campanha. Esta começou por se apresentar como responsável pela área de marketing para os particulares, e que conduziu a referida campanha, conjuntamente com Inês Querela, de acordo com indicações saídas de reuniões internacionais. Esta campanha envolve mais de setenta países e está a decorrer desde setembro. Informou ainda que se estimaria que, no Mundo, uma em cada dez crianças (cerca de duzentos milhões) crescem sem os cuidados de um pai ou de uma mãe. Com a campanha pretender-se fazer crescer a Associação, conseguindo obter mais “Amigos SOS”, mais donativos individuais, e desafiar as empresas portuguesas a doarem o custo médio de uma hora do salário. Pretende-se ainda sensibilizar as empresas de modo a que os seus colaboradores possam ter atividades dedicadas às crianças. Considerou que o impacto está a ser muito grande, para o qual também está a contribuir a colaboração de uma agência de comunicação com a qual já se tinha trabalhado há muito tempo. Uma agência de meios, com quem também se costumava trabalhar, terá ajudado muito, ao passar um vídeo relacionado com a campanha. Como exemplo, aludiu ao Futebol Clube do Porto, que teria quatro milhões de amigos no Facebook, tendo já sessenta mil visionado o referido vídeo. Terminou referindo que a campanha irá decorrer até o dia trinta de novembro.-----

----- Finalizada a apresentação da campanha, Filipe Carnall apresentou o Plano de Ação para dois mil e dezassete, começando por lembrar que este já seria executado por uma nova equipa. Por isso, disse que o Plano já foi elaborado em parceria com elementos da única lista candidata às eleições para o próximo mandato. Referiu assim que a continuidade seria uma das linhas orientadoras, mesmo havendo uma transição a nível nacional (novos corpos sociais) e internacional (Plano Estratégico dois mil e trinta e novo representante da SOS internacional). Salientou vários aspetos que foram considerados importantes para o Plano: a sustentabilidade financeira, para a qual poderá haver a possibilidade de apoio para alguns dos Programas de Fortalecimento Familiar (PFFs), sendo também para continuar o investimento em marketing em campanhas de angariação de Amigos, de modo a que os respetivos resultados permitam suportar os custos com os programas, apesar de haver uma almofada financeira que permita fazer a gestão corrente para dois ou três anos; a qualidade dos serviços prestados, havendo o objetivo de ter um tio ou tia para cada duas casas; manter a aposta nos jovens e reforçar a sua autonomia; fazer o preenchimento da Aldeia de Gulpilhares (em quarenta vagas possíveis apenas vinte e uma estariam ocupadas), salientando que, em setembro, receberam o aval da Segurança Social para um aumento de utentes nesta aldeia; não aumento de Aldeias nem de PFFs sem acordos celebrados com a Segurança Social; manter o trabalho com as famílias de acolhimento; manter o investimento no marketing, referindo a título de exemplo os dez mil euros planeados para a campanha já apresentada, perspetivando-se o sucesso que tem tido até ao momento, com o aumento significativo do número de Amigos; concluir as obras, nomeadamente na energia elétrica que abastecem as Aldeias de Gulpilhares, o fornecimento de água às de Bicesse e remodelação das Aldeias da Guarda, já financiadas pela Bechgaard; rentabilizar o património, o que poderá passar pela alienação de propriedades que a Associação detém, mas não trazem rendimentos, como por exemplo Rio Maior; procurar as melhores opções para o património financeiro, tendo em linha de conta as dificuldades em encontrar situações rentáveis e seguras; haver mais formação para os colaboradores e colaboradoras, assim como uma maior ligação ao Internacional; rigor na contabilidade financeira.

----- Não havendo observações a fazer ao Plano de Ação, Filipe Carnall passou a apresentar o Orçamento para dois mil e dezassete. Começou pelos Proveitos: a Prestação de Serviços referia-se ao Centro Social que teria tido um desempenho excepcional. Estava ocupado a 95% e, agora, já havia lista de espera; nas participações da Segurança Social houve uma redução de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis, prevendo-se um aumento para dois mil e dezassete; as rendas do património da Associação teriam sido relativamente estáveis ao longo dos anos, mas deveria haver um ligeiro aumento devido à disponibilidade de um andar do prédio da sede que poderá vir a ser alugado; Outros Rendimentos e Ganhos será fruto do trabalho do Marketing; houve uma redução para ano corrente, sobretudo por causa do legado da Holanda; estimar-se-ia um aumento derivado da aposta no Marketing; para o ano conta-se com um aumento de mais de três mil Amigos; nos Legados estariam considerados cinquenta mil Euros associados à previsão de alienação da participação (quota de um por cento) na Sociedade 3K Construções e Imobiliária. Manuel Matias completou a informação de que Outros Proveitos incluíam as recuperações de impostos, e nos Diferimentos só seriam contabilizados os valores de donativos para obras a executar no respetivo ano de realização das mesmas. Relativamente aos custos, Filipe Carnall referiu que não haveria grandes alterações ao valor de dois mil e dezasseis dos custos com bens alimentares; o ligeiro aumento seria fruto do acréscimo do número de crianças. Nos Fornecimento de Serviços Externos, para além de outras campanhas de marketing, haveria um grande aumento por causa da campanha de "face2face" onde cerca de catorze pessoas angariariam, aproximadamente, vinte Amigos por dia. Nos Gastos com Pessoal também haveria um aumento que derivará, por um lado, da contratação de dois tios para Bicesse, de modo a ajudar as mães a fazer folgas e, por outro lado, devido às diuturnidades e ainda de quatro ou cinco colaboradores que mudariam de escalão. Nos Outros Gastos e Perdas incluir-se-iam os apoios a utentes e ex-utentes, lembrando que a Associação suporta o lar de algumas mães. Prosseguiu com a Demonstração de Resultados (Consolidado), destacando o resultado operacional que continuaria negativo, daí a importância de investir no Marketing. Já na Demonstração de Resultados do Centro Social, seria previsto um resultado positivo à semelhança do que aconteceu até agosto (cerca de sessenta e cinco mil Euros), sendo assim uma fonte de receitas para a Associação. Uma vez terminada a apresentação, o

presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra a Carlos Góis, presidente do Conselho Fiscal, para dar a conhecer o parecer do respetivo Conselho, o qual referiu que face aos resultados negativos da Associação, esta deveria ter uma gestão muito rigorosa, essencialmente, dos gastos. Realçou que grande parte do resultado negativo resulta do Programa de Fortalecimento Familiar, que não tem apoios externos. Concluiu com a recomendação à Assembleia para aprovar o Orçamento. O Orçamento e Plano de Ação para dois mil e dezassete foi aprovado por unanimidade já só vinte e dois votantes na sala. -----

----- Passou-se ao ponto relativo ao **Pedido de Autorização para terceiro mandato do sócio Carlos Góis na Presidência do Conselho Fiscal**, que foi aprovado por unanimidade.-----

----- Seguiu-se a apresentação de propostas para a **Admissão de novos sócios efetivos**. O Presidente da Mesa da AG deu a palavra a Ana Borges que apresentou os três candidatos a sócios. Destes, os dois presentes que pertenciam ao Conselho Fiscal, Carlos Gois e Manuela Martins, foram convidados a fazer a sua própria apresentação. Não havendo mais nada a esclarecer, deu-se início à votação da proposta do Conselho Diretivo de Novos Sócios Efetivos. A votação foi individual para cada pessoa proposta, e resultou em:-----

- Maria Manuela Guerreiro Martins, sócia subscritora número dois mil e trinta e três, foi eleita sócia efetiva por unanimidade;-----

- Carlos Pedro Machado Sousa Góis, sócio subscritor número oito mil e quarenta e cinco, foi eleito sócio efetivo por unanimidade;-----

- O benfeitor Thomas Antonius Hall de Beuvink, foi eleito sócio efetivo por unanimidade.-----

----- Na abordagem de **Outros assuntos de interesse geral**, O Presidente do Conselho Diretivo começou por constatar que qualquer um dos três pontos a abordar, já o tinham sido, nomeadamente a Campanha “Nenhuma Criança deve crescer sozinha”, a herança 3K, e o património imobiliário e financeiro, mas mesmo assim iria reforçar este último. Começou por recordar que a Associação tem muito imobiliário, sendo que parte está a ser utilizado ou está a ser rentabilizado, mas há outro tipo de imobiliário, como os dois imóveis localizados no Porto, os imóveis existentes na Guarda, terreno na Messejana que, não estando a ser rentabilizados nem estar previsto virem a sê-lo, propunha-se a sua alienação. Relativamente ao património financeiro, referiu que a Associação tem cerca de quatro milhões e duzentos mil euros nos Bancos, que, atualmente, têm taxas de juro de zero, ou pouco mais. Terminou a sua intervenção, informando que não se pretendia que fosse tomada uma decisão na presente Assembleia, mas sim suscitar uma reflexão, tanto mais que deveria ser uma matéria de trabalho para o próximo Conselho Diretivo. Ainda sobre este assunto, Zita Guerra apelou para que o diretor financeiro preparasse uma listagem do referido património a ser apresentada numa futura Assembleia. Terminados os outros assuntos a analisar, o Presidente da Mesa da AG lembrou que, no dia dois de dezembro, iriam haver eleições dos Órgãos Sociais para o quadriénio seguinte e apelou à participação dos sócios, mesmo só havendo uma lista candidata. Deu por terminada a AG às dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral.-----